



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Gabinete do Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos

PLANTÃO JUDICIAL.

PERÍODO DE 24.01.2021 a 30.01.2021.

Representação Criminal n.º 4000361-29.2021.8.04.0000.

Requerente: Ministério Público do Estado do Amazonas.

Requeridos: David Antonio Abisai Pereira de Almeida e outros.

Plantonista: Desembargador JOSÉ HAMILTON SARAIVA DOS SANTOS.

DECISÃO

Recebi hoje, em regime de plantão.

Cuida-se de **Representação Criminal** formulada com fulcro no art. 311 do Código de Processo Penal, pelo **Ministério Público do Estado do Amazonas**, para representação por prisão preventiva, cumulada com pedido de afastamento de cargo público e medidas de busca e apreensão, em desfavor de **David Antonio Abisai Pereira de Almeida, Shadia Hussami Hauache Fraxe, Luiz Cláudio de Lima Cruz, Djalma Pinheiro Pessoa Coelho, Stenio Holanda Alves, Clendson Rufino Ferreira, Sebastião da Silva Reis, Bento Martins de Souza, Jane Soares Pereira, Tamyres Kutchma de Albuquerque, Gabrielle Kirk Maddy Lins, Isabelle Kirk Maddy Lins, Ilcilene de Paula da Silva, Carlos Augusto do Couto Valle Bonfim Borborema, Fernanda Alves Bueno de Oliveira, Manoel Charlete Pereira Júnior, David Louis de Oliveira Dallas Dias, Gabriela Pereira de Aguiar, Tatiana Mota Lotti, Alessandro Silva Pontes, Carla Angelina Lima Ribeiro Frota e Jane Mará Silva de Moraes de Oliveira.**

O Requerente, em sua exordial (fls. 01 a 42), inicialmente, contextualiza que, em razão das suspeições quanto à burla à fila de prioridades na vacinação contra a Covid-19 na Cidade de Manaus/AM, o Ministério Público, por meio do Núcleo de Diligências da Coordenadoria de Atuação Operacional de Combate ao Crime



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Gabinete do Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos

Organizado - ND-CAOCRIMO, deu início a investigação sobre os possíveis desvios de doses da vacina.

Assim, informa que, durante a apuração, foi constatada a contratação de 10 (dez) médicos, para o cargo de Gerente de Projetos, com remuneração de cerca de R\$ 9.000,00 (nove mil reais). Ademais, aponta que as tratativas para o ajuste foram iniciadas pela enfermeira/médica, Ilcilene de Paula da Silva, contando com a participação, igualmente, da Secretária Municipal de Saúde, Shadia Hussami Hauache Fraxe, pela via do aplicativo de conversas “*Whatsapp*”, e do Médico/Assessor, Djalma Pinheiro Pessoa Coelho, que realizou reuniões pessoais com os contratados.

Em continuidade, expõe que as aludidas contratações se deram por meio de nomeação pelo Prefeito Municipal de Manaus/AM, David Antonio Abisai Pereira de Almeida, o qual, supostamente, inseriu declaração falsa, ao nomear médicos para exercerem atividade médica, porém, no cargo de Gerente de Projetos. Ademais, sustenta que a Secretária Municipal de Saúde, Shadia Hussami Hauache Fraxe, e o Médico/Assessor, Djalma Pinheiro Pessoa Coelho, serviram de executores materiais dos atos necessários à prática da falsidade ideológica, perpetrada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Noutra banda, aponta que a remuneração do cargo de Gerente de Projetos, com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas, corresponde a R\$ 9.000,00 (nove mil reais), ao passo em que o Município de Manaus/AM remunera médicos temporários, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no montante de R\$ 6.933,96 (seis mil, novecentos e trinta e três reais e noventa e seis centavos). Dessa feita, pondera que, à razão de trabalho de 24 (vinte e quatro) horas semanais, o valor a ser pago aos, ora, contratados, deveria corresponder, no máximo, a R\$ 8.320,76 (oito mil, trezentos e vinte reais e setenta e seis centavos), sendo o numerário sobejante evidente caso de peculato.

Ainda, quanto à alegada irregularidade na contratação, assevera que, muito embora o cargo de Gerente de Projetos seja destinado ao exercício de atribuições de “*caráter específico e estratégico, a juízo do Chefe do Executivo*”, conforme disposto no art. 6.º, inciso IV, alínea “c”, da Lei Municipal n.º 1.314/2009, com as alterações da Lei



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Gabinete do Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos

Municipal n.º 1.322/2009, isso não autoriza a nomeação de servidores, pelo Prefeito de Manaus, “*para fazer o que bem entender*” (fl. 05), especialmente quando utilizada com o objetivo de criar mais cargos de Médicos, com remuneração a maior.

Ademais, afirma que, pela via da contratação temporária, o ajuste possuiria prazo determinado, de 90 (noventa) dias, além de suscitar rigorosa motivação e fiscalização, especialmente, quanto à verificação do excepcional interesse público, ao passo em que a nomeação e a exoneração para cargo em comissão, como ocorreu na espécie, operam-se de forma *ad nutum*, de modo que cabe ao Administrador manter os servidores o quanto quiser.

De mais a mais, pondera que, do depoimento das Médicas de sobrenome Lins, revelou-se que tais contratações se dariam, inicialmente, pela via ilegal de CNPJ, por meio da pessoa jurídica fornecida pelo Médico/Assessor, Djalma Pinheiro Pessoa Coelho, o qual possui ligação com empresas prestadoras de serviços de saúde, com destaque para o Instituto Médico de Clínica e Pediatria do Estado do Amazonas S/S Ltda., no qual figura como sócio, e a Secretária de Saúde do Município de Manaus, Shadia Hussami Hauache Fraxe, como sócia-administradora. Contudo, argumenta que, em razão da fragilidade do sobredito “*esquema*” (fl. 06), optou-se pela contratação nos moldes acima delineados.

Nesses termos, deduz se tratar, *in casu*, de tredestinação do ato administrativo, ante o desvio de função perpetrado, salientando que o cargo de Gerente de Projetos não é vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, mas, em verdade, ao Chefe do Executivo. Aponta, igualmente, que tal ação expõe o Erário Municipal a prejuízos, vez que pode suscitar o ajuizamento de pleitos referentes à equiparação de remuneração, à luz do princípio da isonomia.

Nessa toada, arremata que a contratação dos 10 (dez) Médicos deu-se em evidente hipótese de beneficiamento do seletto grupo, composto por pessoas com “*ligações políticas e econômico-financeiras de apoio político e eleitoral ao atual prefeito*” (fls. 06 e 07). Ainda, destaca que as suas nomeações ocorreram nos dias 18 e 19 de janeiro de 2021, logo, “*no acender das luzes da vacinação*” (fl. 07), o que afirma denotar “*a forte impressão de*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Gabinete do Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos

que a corrida para a formalização dos cargos ocorreu exatamente coincidindo com o momento das vacinas, a configurar fundada suspeita para as medidas apropriadas de apuração dos fatos” (fl. 09).

Nesse ponto, traz à lume a breve carreira médica dos contratados, bem como, os vínculos entre estes, a saber: *“ISABELLE e GABRIELLE LINS são irmãs, que por sua vez são primas de Bruno Lins de Queiroz, o qual é casado com Yvone Couto Valle Bonfim Borborema, esta irmã do contratado CARLOS AUGUSTO DO COUTO VALLE BONFIM BORBOREMA. Ainda neste sentido, DAVID LOUIS DE OLIVEIRA DALLAS DIAS é filho de JOSÉ WANDERLEY DALLAS REI DIAS, ex-deputado estadual, suplente na atual legislatura” (fls. 07 e 08).*

E prossegue: *“o Núcleo de Diligências evidenciou vínculos de amizade por meio de redes sociais entre ISABELLE LINS e CARLA ANGELINA LIMA RIBEIRO, DAVID LOUIS DE OLIVEIRA DALLAS, FERNANDA ALVES BUENO DE OLIVEIRA e GABRIELA PEREIRA AGUIAR, enquanto GABRIELLE LINS possui amizade em redes sociais com ALESSANDRO SILVA PONTES, CARLA ANGELINA LIMA RIBEIRO, DAVID LOUIS DE OLIVEIRA DALLAS DIAS, FERNANDA ALVES BUENO DE OLIVEIRA e GABRIELA PEREIRA AGUIAR e MANOEL CHERLETE PEREIRA JÚNIOR (tudo conforme Relatório)” (fl. 08).*

Adiante, em relação, especificamente, à burla à fila de prioridade de vacinação, aponta que a omissão na elaboração e na publicação do Plano Municipal de Vacinação reveste-se de caráter doloso, com o fim específico de afrouxar as fiscalizações a seu respeito. Nesse soar, sustenta que a cúpula da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, assenhora-se da destinação das vacinas, em violação à ordem prioritária de vacinação.

Desse modo, traz à evidência a suposta afronta à fila de prioridades, realizada na Unidade de Saúde da Família Santos Dumont, local para onde haveriam sido destinadas 13 (treze) doses da vacina, utilizadas, em tese, para a imunização da Secretária Municipal de Saúde, Shadia Hussami Hauache Fraxe, do Subsecretário de Saúde Municipal, Luiz Cláudio de Lima Cruz, do Secretário Municipal de Limpeza,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Gabinete do Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos

Sebastião da Silva Reis (vulgo Sabá Reis), do Assessor II da Secretaria Municipal de Saúde, Clendson Rufino Ferreira, e do Advogado e Assessor I da Secretaria Municipal de Saúde, Stenio Holanda Alves, conforme lista enviada ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM, pela Prefeitura de Manaus.

Além, revela que consta, na mesma listagem, a Secretária Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania – SEMASC, Jane Mara Silva de Moraes de Oliveira, a qual haveria, supostamente, sido vacinada na Unidade de Saúde Leste – USF – Clínica da Família Senador Severiano Nunes, sob a insígnia de “*Trabalhadores das Saúde – Assistentes Sociais*”. Ainda, aponta que a Advogada, Tamyres Kutchma de Albuquerque, o Empresário do ramo de fornecimento de alimentos ao Poder Público, Bento Martins de Souza, e sua esposa, Jane Pereira de Souza, também foram vacinados.

Nesse cotejo, afirma que nenhum dos indivíduos citados integram a linha de frente do combate ao COVID-19, tampouco, tratam-se de idosos prioritários, alvos da primeira fase de vacinação, configurando-se, por derradeiro, a prática da infração de Peculato-Desvio.

Em seguida, o Procurador de Justiça aventa a possibilidade, ora, veiculada, de que trataria, o aludido documento, de listagem parcial e desatualizada, com a omissão de pessoas efetivamente vacinadas, baseando-se em notícias, inclusive, da existência de uma “*lista de retratação*” (fl. 13), o que representaria ofensa ao princípio da publicidade e, em última análise, culminaria em possíveis homicídios por dolo eventual.

Dessarte, conclui que a omissão na planificação e execução da vacinação, com a transparência de rigor, indica a utilização dolosa das vacinas, vez que estariam sendo desviadas para atender a interesses particulares, e não públicos, situação apta a configurar a prática de ilícitos penais, pelo Prefeito de Manaus, em conjunto com a alta cúpula da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA.

Nesse ínterim, o Graduado Órgão do Ministério Público destaca vídeo, em que figuram o Prefeito de Manaus/AM, David Antonio Abisai Pereira de Almeida, e a Secretária Municipal de Saúde, Shadia Hussami Hauache Fraxe, informando que seria publicada Portaria com o fim de proibir fotografias durante o ato de vacinação, bem



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Gabinete do Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos

como, a divulgação de tal conteúdo em redes sociais, o que alega importar em grave afronta ao princípio da publicidade.

Com base em tais premissas, sustenta a competência da Justiça Estadual para processamento e julgamento do Feito, porquanto os fatos delineados, ora, interligados, são atinentes às competências materiais municipais, especificamente, relativas à contratação de servidores pelo Município e a execução de vacinação, ao passo em que ausente qualquer interesse federal na questão.

Assim, explana que, muito embora a vacinação seja dotada de interesse nacional, este não se confunde com o aspecto federal, razão pela qual o interesse, à espécie, não é suficiente a determinar a competência da Justiça Federal. A corroborar sua assertiva, colaciona trecho do Plano Nacional de Imunização, de modo a evidenciar a planificação coordenada entre os entes federados, destacando que a execução é operada pelo ente mais capilarizado, qual seja, o Município, de tal forma que as vacinas são incorporadas ao seu patrimônio.

Dessa feita, sustenta que, uma vez incorporadas, não há que se falar em prestação de contas a órgão federal ou ao Tribunal de Contas da União, nos termos das Súmulas n.º 208 e n.º 209 do colendo Superior Tribunal de Justiça.

No mais, traz à lume a previsão específica do foro por prerrogativa de função para o Prefeito Municipal, nos termos do art. 29, inciso X, da Constituição Federal, o que atrai, diante da conexidade, o processamento e julgamento do Feito por este egrégio Sodalício, em relação aos demais Agentes.

Em seguida, com base nos fatos sumariados, alega que o Prefeito Municipal de Manaus/AM, David Antonio Abisai Pereira de Almeida, incorreu na prática dos crimes de Falsidade Ideológica e de Peculato, previstos, respectivamente, no art. 299 do Código Penal e no art. 1.º, inciso I, do Decreto-Lei n.º 201/1967, em concurso formal.

Ademais, aponta a prática, pela Secretária Municipal de Saúde, Shadia Hussami Hauache Fraxe, e pelo Médico/Assessor, Djalma Pinheiro Pessoa Coelho, do crime de Peculato, em concurso com o Prefeito Municipal de Manaus. Aponta, ainda,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Gabinete do Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos

para a possibilidade de configuração de concurso formal, haja vista que foram 10 (dez) Médicos nomeados no suposto esquema, ponderando, em contrapartida, que a imputação por concurso material é mais aconselhável ao caso vertente, ao considerar a diversidade de atos e de ofensas aos bens jurídicos tutelados.

Por sua vez, requer a apuração da prática do crime de Peculato, igualmente, quanto aos 10 (dez) Médicos nomeados como Gerentes de Projetos, quais sejam, Gabrielle Kirk Maddy Lins, Isabelle Kirk Maddy Lins, Carlos Augusto do Couto Valle Bonfim Borborema, Fernanda Alves Bueno de Oliveira, Manoel Charlete Pereira Júnior, David Louis de Oliveira Dallas Dias, Gabriela Pereira de Aguiar, Tatiana Mota Lotti, Alessandro Silva Pontes e Carla Angelina Lima Ribeiro Frota.

Por seu turno, aponta a incidência no crime de Peculato, pelos Agentes Públicos que tomaram a vacina de forma irregular, assim, como, consigna que a vacinação de particulares deve ser apurada, especialmente, ante a possibilidade de concurso, pela eventual ação de funcionário público.

Desse cotejo, requer a decretação de sigilo dos Autos e, também, a prisão preventiva do Prefeito Municipal de Manaus/AM, David Antonio Abisai Pereira de Almeida, e da Secretária Municipal de Saúde, Shadia Hussami Hauache Fraxe, por entender que estão presentes, *in casu*, os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, haja vista que a materialidade está consubstanciada, notadamente, nos atos de nomeação, nas declarações à imprensa e na lista de vacinação, ao passo em que os indícios de autoria, de David Antonio Abisai Pereira de Almeida, são constatados pela sua renitente atuação na censura dos fatos e na tentativa de infirmar o valor probatório da listagem, assim, como, os indícios de autoria, de Shadia Hussami Hauache Fraxe, evidenciam-se pelos depoimentos de Gabrielle Kirk Maddy Lins e Isabelle Kirk Maddy Lins, e por deter o comando mais próximo da pasta de Saúde, o que demonstra possuir domínio dos fatos.

Quanto ao *periculum libertatis*, acentua que está presente, sob os fundamentos de garantia da ordem pública, como forma de obstar a reiteração criminosa; de conveniência da instrução criminal, com o fim de evitar possíveis assédios e coações a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Gabinete do Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos

servidores públicos; e da garantia da futura persecução penal, ante os ostensivos atos de censura e escamoteamento de informações.

Ainda, sustenta que incabíveis, à espécie, a aplicação das medidas cautelares, diversas da prisão, porquanto o simples afastamento de tais Agentes Públicos de seus respectivos cargos, não obstará a possibilidade de darem sequência a assédios morais e ameaças.

Ademais, requer o afastamento do Prefeito Municipal de Manaus/AM, David Antonio Abisai Pereira de Almeida, e da Secretária Municipal de Saúde, Shadia Hussami Hauache Fraxe, de seus respectivos cargos, ou, subsidiariamente, a suspensão do exercício de suas funções públicas. Ainda, requer seja determinada a proibição de frequência à Prefeitura Municipal de Manaus/AM e à Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA.

Outrossim, requer o afastamento do Subsecretário da Secretaria Municipal de Saúde, Luiz Cláudio de Lima Cruz, e dos Assessores, Clendson Rufino Ferreira e Stenio Holanda Alves, de seus respectivos cargos, cumulado com a proibição de frequência à Prefeitura Municipal de Manaus/AM e à Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA.

Igualmente, requer o afastamento do cargo, ou, ainda a suspensão do exercício da função pública, além da proibição de frequência à Prefeitura Municipal de Manaus/AM e à Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, de Djalma Pinheiro Pessoa Coelho, ante a sua forte presença na articulação das contratações vergastadas.

Além, requer seja determinada a busca e apreensão dos celulares de Isabelle Kirk Maddy Lins, Gabrielle Kirk Maddy Lins, Djalma Pinheiro Pessoa Coelho, Shadia Hussami Hauache Fraxe, Ilcilene de Paula e dos demais Médicos contratados, listados alhures, por tratar-se de medida imperativa para verificação dos fatos apurados, haja vista as supostas trocas de mensagens realizadas por meio do aplicativo de conversas “Whatsapp”.

De mesmo modo, requer a busca e apreensão dos celulares de David Antonio Abisai Pereira de Almeida, Luis Cláudio de Lima Cruz, Stenio Holanda Alves,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Gabinete do Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos

Clendson Rufino Ferreira, Sebastião da Silva Reis, Jane Mará Silva de Moraes de Oliveira, Tamyres Kutchma de Albuquerque, Bento Martins de Souza e Jane Pereira de Souza, ao argumento de que há possibilidade que remanesçam mensagens esclarecedoras sobre os fatos narrados na exordial, ao passo em que as comunicações, nos dias atuais, são travadas, essencialmente, por meio de troca de textos e de mensagens de voz, por meio do aplicativo “*Whatsapp*”, entre outros programas, com menor disseminação.

Assevera que tais determinações de busca e apreensão de aparelhos celulares devem ser autorizadas na forma pessoal e domiciliar, com o fim de garantir a eficiência da medida, com o estrito objetivo de apreensão dos aparelhos. Ademais, requer a decretação do afastamento da inviolabilidade e sigilo de comunicações privadas armazenadas, prevista no art. 7.º, inciso III, da Lei n.º 12.965/2014, com a autorização judicial para que as autoridades possam acessar todos os dados armazenados nos dispositivos apreendidos.

Por fim, requer a expedição de mandado de busca e apreensão de documentos físicos ou eletrônicos, relativos à escala de serviço e quadro de pessoal da Unidade de Saúde da Família Santos Dumont.

Junta farta documentação, às fls. 43 a 436.

É o sucinto relatório. DECIDO:

Primeiramente, considerando a natureza dos pleitos apresentados, **DEFIRO** o pedido do Ministério Público e, via de consequência, **DECRETO O SIGILO** dos presentes Autos, para que possa ser resguardada a efetividade das medidas requeridas.

Ato contínuo, esclareço que o regime de plantão judicial goza de caráter de excepcionalidade, permitindo-se a intervenção de Juiz, que não aquele Natural ao Feito, somente nos casos previstos na Resolução n.º 05/2016, deste egrégio Tribunal de Justiça, consoante dispõe o art. 4.º da referida norma:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Gabinete do Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos

Art. 4.º Independentes de sua natureza, são matérias a serem tratadas no plantão judicial apenas aquelas que não possam aguardar o expediente forense ordinário, sob pena de perecimento do direito e ineficácia da medida se determinada posteriormente, em especial:

I – Os pedidos de *Habeas Corpus* e Mandado de Segurança conforme a competência jurisdicional determinada pela legislação pertinente;

II – Comunicação das prisões em flagrante, bem como os pedidos de liberdade provisória;

III – A representação para fins de prisão preventiva ou provisória, proposta pela autoridade policial ou pelo Ministério Público, demonstrada a inequívoca urgência;

IV – As tutelas provisórias de urgência, cautelar ou antecipada, em caráter antecedente ou incidental.

V – Em 2.ª Instância, o desembargador plantonista apreciará as medidas urgentes que se relacionem com a competência originária e recursal do Tribunal de Justiça.

§ 1.º Na Segunda Instância, no caso de processos em curso, cuja urgência reclame a manifestação do Desembargador Plantonista, os autos lhes serão conclusos após a autorização da Presidência. (alterado pela Resolução n.º 08/2016)

§ 2.º A autorização para que o Juiz Plantonista de Primeira Instância despache, no plantão judicial, em processos em curso nas varas cíveis e criminais da Capital, deve ser requerida ao Desembargador Plantonista. (alterado pela Resolução n.º 08/2016) (grifos nossos).

Compulsando os Autos, todavia, constato que o vertente episódio não se amolda às hipóteses em que se autoriza a apreciação de medidas urgentes no Plantão de 2.ª Instância, visto que **não se relaciona com a competência jurisdicional deste egrégio Tribunal de Justiça**, nos termos da Resolução n.º 72/1984 deste egrégio Sodalício.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Gabinete do Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos

Explico:

A competência para processamento e julgamento de Prefeitos Municipais pertence, via de regra, aos Tribunais de Justiça Estaduais, ante o foro por prerrogativa de função, conforme preceitua o art. 29, inciso X, da Carta Magna. Vejamos:

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

[...].

X - julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça; (grifos nossos).

Nesse lanço, é sabido que a competência dos Tribunais de Justiça, em relação ao Chefe do Executivo Municipal, deve se limitar, estritamente, aos crimes de competência da Justiça Comum Estadual, consoante entendimento firmado pelo excelso Supremo Tribunal Federal, no enunciado da Súmula n.º 702, a qual aduz, em sua literalidade, que: *“A competência do tribunal de justiça para julgar prefeitos restringe-se aos crimes de competência da justiça comum estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau”*.

Não por outra razão, o colendo Superior Tribunal de Justiça, ao analisar a questão sobre competência para processamento e julgamento do Chefe de Executivo Municipal, determinou que, tratando-se de desvio de verba sujeita à prestação de contas perante órgão federal, caberia à Justiça Federal a análise do Feito. Em contrapartida, sendo caso de desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal, caberia à Justiça Estadual o exame da matéria.

Tais entendimentos foram consolidados nas seguintes Súmulas, provenientes da Terceira Seção do colendo Tribunal da Cidadania, colacionadas a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Gabinete do Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos

Súmula n.º 208 do colendo Superior Tribunal de Justiça: *“Compete à Justiça Federal processar e julgar prefeito municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal”.*

Súmula n.º 209 do colendo Superior Tribunal de Justiça: *“Compete à Justiça Estadual processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal”.*

Nesse talante, a premissa instaurada pelo colendo Tribunal da Cidadania, como forma de determinação da competência para processamento e julgamento contra o Chefe do Executivo Municipal, refere-se à sujeição, ou não, das verbas transferidas ao Município, à prestação de contas perante órgão federal.

Tais conclusões, advêm do regramento constitucional de que, existindo interesse da União ou de suas autarquias, a competência deve ser deslocada para a Justiça Federal, nos termos do art. 109, inciso IV, da Constituição Federal, o qual aduz, *in verbis*:

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

[...]

IV - os crimes políticos e as **infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União** ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral; (grifos nossos).

Assim, conforme sumariado alhures, o Graduado Órgão do Ministério Público aduz que, por tratar, o caso vertente, de matérias de competência municipal – contratação de servidores e execução do plano de vacinação –, a Justiça Estadual seria



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Gabinete do Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos

competente para analisar o Feito, salientando, nesta direção, que as vacinas foram incorporadas ao patrimônio municipal e que não há que se falar em prestação de contas a órgão federal ou ao Tribunal de Contas da União.

Nada obstante as razões esposadas pelo douto *Parquet*, infiro que o caso em tela não se amolda ao entendimento jurisprudencial consolidado na Súmula n.º 209 do colendo Superior Tribunal de Justiça – “*Compete à Justiça Estadual processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal*” –, mas, sim, ao inteiro teor da Súmula n.º 208, também editada pelo mesmo Sodalício – “*Compete à Justiça Federal processar e julgar prefeito municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal*”, ante a existência de interesse da União na matéria em exame, conforme art. 109, inciso IV, da Constituição Federal.

Isso porque os presentes pleitos são relacionados ao possível cometimento de infrações criminais pelo Prefeito de Manaus/AM e demais agentes públicos e particulares, indicados na exordial, interligadas e decorrentes de investigação sobre a suspeita de burla na fila de prioridades da vacinação contra a Covid-19 na Cidade de Manaus/AM.

Como destacado pelo próprio Ministério Público, a aludida vacinação segue as regras dispostas no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19¹, elaborado pelo Ministério da Saúde, com os objetivos específicos de “*apresentar a população-alvo e grupos prioritários para vacinação*”; “*otimizar os recursos existentes por meio de planejamento e programação oportunos para operacionalização da vacinação nas três esferas de gestão*”; e “*instrumentalizar Estados e Municípios para vacinação contra a Covid-19*”.

Nesse contexto, realço que foi editada a Medida Provisória n.º 1.026, de 06 de janeiro de 2021, que dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária e treinamentos destinados à vacinação contra a Covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19,

¹ https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/janeiro/25/planovacinaocovid_v2_25jan21.pdf



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Gabinete do Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos

com os seguintes regramentos:

Art. 13. A aplicação das vacinas contra a **covid-19** deverá observar o previsto no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a **Covid-19**, ou naquele que vier a substituí-lo.

[...]

Art. 15. Os estabelecimentos de saúde, públicos e privados, deverão registrar diariamente e de forma individualizada os dados referentes a aplicação das vacinas contra a **covid-19** e de eventuais eventos adversos em sistema de informação disponibilizado pelo Ministério da Saúde.

Parágrafo único. Na hipótese de alimentação *off-line*, será respeitado o prazo de quarenta e oito horas para alimentação dos sistemas do Ministério da Saúde.

[...]

Art. 18. A fim de manter o acompanhamento da eficácia do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a **Covid-19**, são obrigatórios a atualização dos sistemas disponibilizados pelo Ministério da Saúde e o compartilhamento entre órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal de dados essenciais à identificação de pessoas infectadas, em tratamento ambulatorial ou hospitalar, ou com suspeita de infecção pelo coronavírus (SARS-CoV-2), observado o disposto na Lei n.º 13.709, de 2018.

Parágrafo único. A obrigação a que se refere o *caput* estende-se às pessoas jurídicas de direito privado, quando os dados forem solicitados por autoridade sanitária.

O Governo Federal, ainda, por meio da Portaria GM/MS n.º 69, de 14 de janeiro de 2021, disciplinou sobre a obrigatoriedade registro de informações sobre as



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Gabinete do Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos

vacinas contra a Covid-19 nos Sistemas de Informações disponibilizados pelo Ministério da Saúde, ressaltando, inclusive, a necessária fiscalização pelos Órgãos de Controle Interno e Externos. Se não, vejamos:

Portaria GM/MS n.º 69/2021:

Art. 1.º Esta Portaria institui a obrigatoriedade de os serviços de vacinação públicos e privados efetuarem o registro das informações sobre as vacinas contra a COVID-19 aplicadas, nos sistemas de informação disponibilizados pelo Ministério da Saúde.

Parágrafo único. Considera-se serviço de vacinação o estabelecimento público ou privado que realiza aplicação de vacina, devendo estar devidamente licenciado para esta atividade pela autoridade sanitária competente e estar inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES.

[...]

Art. 7.º O cumprimento do disposto nesta Portaria será fiscalizado pelos órgãos de controle interno e externo competentes, de acordo com a legislação aplicável. (grifos nossos).

Assim, entendo presente o interesse da União no contexto em apreço, diante da necessidade de acompanhamento, pelo Governo Federal, da eficácia do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, elaborado pelo Ministério da Saúde, nos moldes da Lei n.º 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações – PNI, preclarando, em seu art. 3.º, *caput*, que: *“O Ministério da Saúde coordenará e apoiará, técnica, material e financeiramente, a execução do programa, em âmbito nacional e regional.”*

Nessa linha intelecção, sobrelevo que, em caso semelhante ao, ora, analisado, **o excelso Supremo Tribunal Federal já se manifestou, no sentido de que a**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Gabinete do Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos

análise acerca do desvio de medicamentos e materiais hospitalares, oriundos do Sistema Único de Saúde – como é o caso das vacinas contra a Covid-19 –, compete à Justiça Federal, diante da atribuição de fiscalização dos Órgãos de Controle Federais:

COMPETÊNCIA – MEDICAMENTOS – MATERIAIS HOSPITALARES – DESVIO – FUNDO NACIONAL DE SAÚDE – JUSTIÇA FEDERAL. Compete à Justiça Federal apreciar processo-crime versando o desvio de recursos oriundos do Sistema Único de Saúde, considerada a atribuição dos órgãos de controle federais fiscalizarem a respectiva aplicação. Precedente: Recurso Extraordinário n.º 196.982/PR, Relator o Ministro Néri da Silveira, Acórdão publicado no Diário da Justiça de 27 de junho de 1997. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Descabe a fixação de honorários recursais, previstos no artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, quando se tratar de extraordinário formalizado em processo cujo rito os exclua. (STF, RE 986.386-AgR/PE, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO, PRIMEIRA TURMA, Julgado em 24/10/2017, Publicado no Dje-018 do dia 31/01/2018) (grifos nossos).

Ademais, no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, consta, ainda, que *"para a execução da vacinação contra a covid-19, os recursos financeiros federais administrados pelo Fundo Nacional de Saúde serão repassados pelo Ministério da Saúde aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios e serão organizados e transferidos fundo a fundo, de forma regular e automática, em conta corrente específica e única e mantidos em instituições oficiais federais conforme dispõe a Portaria n.º 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que versa sobre as regras, sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do SUS."*

Nesse diapasão, saliento que a sobredita Portaria n.º 3.992, de 28 de dezembro de 2017, alterou a redação de alguns dispositivos da Portaria de Consolidação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Gabinete do Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos

n.º 06/GM/MS, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, dentre os quais o art. 1.147, que passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1.147. Sem prejuízo de outras formas de controle realizadas pelo Ministério da Saúde, a comprovação da aplicação dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde aos fundos de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios far-se-á, para o Ministério da Saúde, por meio do Relatório de Gestão, que deve ser elaborado anualmente e submetido ao respectivo Conselho de Saúde.

Parágrafo único. A regulamentação do Relatório de Gestão encontra-se na Portaria de Consolidação n.º 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre direitos e deveres dos usuários da saúde, da organização e do funcionamento do Sistema Único de Saúde.

Assim, resta claro que programa nacional de vacinação contra a Covid-19 é integralmente executado com verbas federais, seja com o envio direto das vacinas aos Estados, com posterior distribuição aos Municípios, seja com o repasse financeiro direto, na modalidade de transferência "fundo a fundo", estando sujeitas à fiscalização dos órgãos de controle interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União. Nesse sentido, entendeu o colendo Superior Tribunal de Justiça, em recente Julgado de relatoria do **eminente Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA**. Vide:

AGRAVO REGIMENTAL EM CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO PENAL. FRAUDE EM LICITAÇÃO MUNICIPAL PARA COMPRA DE MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR. **DESVIO DE VERBAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS. INTERESSE DA UNIÃO.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Gabinete do Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos

FISCALIZAÇÃO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. SÚMULA N.º 208/STJ. COMPETÊNCIA FEDERAL. NEGADO PROVIMENTO. 1. Esta Corte Superior consolidou entendimento de que, por estarem sujeitas à fiscalização dos órgãos de controle interno do Poder Executivo Federal, bem como do Tribunal de Contas da União, as verbas repassadas pelo Sistema Único de Saúde - inclusive na modalidade de transferência "fundo a fundo" - ostentam interesse da União em sua aplicação e destinação. Eventual desvio atrai a competência da Justiça Federal para conhecer da matéria, nos termos do art. 109, IV, da Constituição Federal. Precedentes do STJ. Na mesma linha, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: ARE n.º 1.015.386 AgR, Relator(a): Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 21/9/2018, PROCESSO ELETRÔNICO Dje-206 DIVULG 27/09/2018 PUBLIC 28/09/2018; ARE n.º 1.136.510 AgR, Relator(a): Ministro ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 24/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO Dje-187 DIVULG 05/09/2018 PUBLIC 06/09/2018; RE n.º 986.386 AgR, Relator(a): Ministro MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 24/10/2017, PROCESSO ELETRÔNICO Dje-018 DIVULG 31/01/2018 PUBLIC 01/02/2018. 2. O Plenário do Tribunal de Contas da União, por meio da Decisão-TCU n.º 506/1997 - Plenário assentou que, no âmbito do SUS, os recursos repassados pela União aos Estados e Municípios, seja por intermédio de convênio, fundo a fundo ou por qualquer outro instrumento legal, constituem verbas federais e, portanto, os serviços e ações de saúde decorrentes estão sujeitos à sua fiscalização. 3. *In casu*, vários dos pagamentos indevidos efetuados pelo Município aos réus foram provenientes de transferências do SUS ou de convênios vinculados à saúde, o que evidencia o interesse da União na fiscalização da destinação dada aos recursos por ela repassados, assim como a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Gabinete do Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos

competência fiscalizatória do Tribunal de Contas da União, em sede de controle externo. 4. Aplicável, assim, ao caso concreto, *mutatis mutandis*, o Enunciado n.º 208, da Súmula do STJ que afirma que "compete à Justiça Federal processar e julgar Prefeito Municipal por desvio de verba sujeita à prestação de contas perante órgão federal". 5. Reconhecida a competência da Justiça Federal para o julgamento da ação penal. 6. Agravo regimental a que se nega provimento. **(STJ, AgRg no CC 169.033/MG, Relator: Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, Julgado em 13/05/2020, Publicado no Dje do dia 18/05/2020)** (grifos nossos).

Destarte, para que não haja dúvidas de que se trata de utilização de verba federal, a ser fiscalizada, por conseguinte, pelos Órgãos de Controle Federais, circunstância que, inclusive, atrai a competência da Justiça Federal para processar o presente Feito, saliento que **as vacinas** para o combate da pandemia causada pelo novo coronavírus "SARS-Cov-2", sobretudo, a denominada "Coronavac", produzida, inicialmente, pelo laboratório chinês Sinovac Life Science Co., em pareia com Instituto Butantan, **foram adquiridas pela União**, por meio do **CONTRATO N.º 005/2021²**, pactuado pela União e pelo Instituto Butantan, nos Autos do **Processo Administrativo n.º 25000.002031/2021-69**.

Compulsando o mencionado instrumento contratual, disponível em sítio eletrônico e essencial para entender a aplicação de verbas federais, depreende-se que o valor de **R\$ 2.677.200.000,00 (dois bilhões, seiscentos e setenta e sete milhões e duzentos mil reais)**, relativo a todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do Contrato n.º 005/2021, **está programado em Dotação Orçamentária da União, prevista no orçamento do exercício de 2021 (Gestão/Unidade: 00001/250005; Fonte: Art. 167, § 2.º, da Constituição Federal e Medida Provisória n.º 1.015/2020, Programa de Trabalho: 10.122.5018.21C0.650, Elemento de Despesas:**

² Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/janeiro/07/sei_ms-0018477781-contrato.pdf. Acesso em: 27 de janeiro de 2021.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Gabinete do Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos

33.90.30).

Aliás, é de rigor pontuar que o orçamento para a aquisição das vacinas, decorre da **Medida Provisória n.º 1.015, de 17 de dezembro de 2020**, que abriu crédito extraordinário de **R\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de reais)**, em favor do Ministério da Saúde, órgão integrante da União, para a compra de vacinas e viabilização da imunização da população brasileira contra a Covid-19, consoante Plano Nacional de Imunização, **consubstanciando-se, indene de dúvidas, em verba federal**³.

Em arremate, sobrelevo que, quanto aos demais supostos fatos criminosos imputados (uso de cargo em comissão para burla na contratação de médicos, com desvio de função e remuneração superior à previsão legal; omissão dolosa na elaboração e publicação de plano municipal de vacinação; e uso de lista parcial de vacinados, alegações de falsidades sobre a lista e proibição de divulgação das vacinas), nada obstante em um primeiro momento entenda-se que são da competência desta Justiça Estadual, por não se relacionarem, diretamente, com o Plano Nacional de Imunização, da detida leitura do caderno processual, constato que, conforme afirmado pelo próprio Ministério Público, se consubstanciam em possíveis crimes conexos ao suposto desvio de vacinas.

Isso porque, consoante bem delineado na exordial, *“resta a forte impressão de que a corrida para a formalização dos cargos ocorreu exatamente coincidindo com o momento das vacinas, a configurar fundada suspeita para as medidas apropriadas de apuração dos fatos”*.

Dessarte, exsurge cristalina a suspeita do *Parquet* Estadual de que houve verdadeira corrida na contratação dos médicos apontados na Peça inaugural para que este grupo de pessoas, aparentemente, amealhadas por relações de amizade ou parentesco, fosse beneficiado pela sua tempestiva inclusão no grupo de profissionais da saúde, que trabalham em unidade pública, na linha de frente ao combate contra a pandemia.

³ Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/201ctodas-as-vacinas-que-estao-no-instituto-butantan-serao-a-partir-desse-momento-incorporadas-ao-pni201d-anuncia-ministro-eduardo-pazuella>. Acesso em: 27 de janeiro de 2021.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Gabinete do Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos

Sendo assim, tendo em vista a conexão dos demais crimes, ora tratados, com a, suposta burla à fila de prioridades estipuladas pelo Plano Nacional de Imunização, sendo este último, consoante delineado em linhas pretéritas, da alçada da Justiça Federal, a competência se firma em prol dessa última.

Nessa linha de intelecção, trago a lume a Súmula n.º 122 do colendo Superior Tribunal de Justiça:

“Compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do art. 78, II, “a”, do Código de Processo Penal”.

Nesse sentido, permanece a jurisprudência do colendo Tribunal da Cidadania, *in verbis*:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. INQUÉRITO POLICIAL. MOEDA FALSA COM APTIDÃO DE SER CONFUNDIDA COM AUTÊNTICA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. TRÁFICO DE DROGAS. AUSÊNCIA DE INTERNACIONALIDADE DA CONDUTA. CONEXÃO TELEOLÓGICA. PRÁTICA DE UMA INFRAÇÃO PARA FACILITAR A EXECUÇÃO DA OUTRA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 122 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. DESLOCAMENTO DA COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA FEDERAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FEDERAL SUSCITADO RECONHECIDA. 1. O presente conflito de competência deve ser conhecido, por se tratar de incidente instaurado entre juízos vinculados a Tribunais distintos, nos termos do art. 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal - CF. 2. O núcleo da controvérsia consiste em verificar se houve falsificação grosseira apta à caracterização, em tese, do delito de moeda falsa e se há conexão entre referido delito e tráfico



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Gabinete do Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos

de drogas apurado nas investigações. 3. Na espécie, a perícia concluiu que a falsificação da moeda "foi realizada com conhecimentos e equipamentos técnicos, resultando em características macroscópicas (visíveis a olho nu) com qualidade, podendo ser confundido com documento autêntico, dependendo do meio, do conhecimento e da atenção do observador". Destarte, tendo em vista que a moeda poderia ser tida por autêntica, está configurada a competência da Justiça Federal para julgamento do delito tipificado no art. 289 do Código Penal - CP. 4. **Quanto ao delito de tráfico de drogas, conforme investigações realizadas até o momento, não há indícios da transnacionalidade da conduta de forma que a competência da Justiça Federal deve ser analisada à luz da Súmula n.º 122/STJ. Conforme jurisprudência desta Corte Superior, a verificação dos crimes no mesmo contexto fático não implica necessariamente conexão probatória ou teleológica entre eles. Precedentes. Todavia, no caso em análise, segundo relato de um policial militar, o investigado afirmou que os valores falsos seriam utilizados na traficância, para vender ou comprar mais entorpecentes, ensejando, portanto, conexão teleológica entre os delitos, na medida em que o resultado de uma infração (facilitou ou facilitaria) a execução da outra.** 5. **Conflito conhecido para declarar que compete o Juízo Federal da 1.ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina a análise do delito de moeda falsa, em razão da qualidade da falsificação, bem como do tráfico de drogas, com esteio na Súmula n.º 122/STJ. (CC 170.644/SC, Relator: Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/05/2020, Dje 01/06/2020) (grifos nossos).**

Por sua vez, face à necessidade de ser declinada a competência para a Justiça Federal, entendo que caberá a esta a análise acerca da atuação do Ministério



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Gabinete do Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos

Público Estadual, haja vista a possibilidade de ratificação ou atuação conjunta com o *Parquet* Federal, o que já o ocorre na Ação Civil Pública n.º 1000577-61.2021.4.01.3200.

Isso porque, o fato de o polo ativo da presente Ação ser ocupado pelo *Parquet* Estadual não representa óbice ao declínio da competência para a Justiça Federal, porquanto, conforme entendimento firmado pelo colendo Superior Tribunal da Cidadania, o Ministério Público é Instituição una e indivisível, havendo divisão nas esferas de atuação, tão somente, para fins de otimização do trabalho institucional. Vejamos precedente elucidativo sobre o tema, *mutatis mutandis*:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. NULIDADES. DENÚNCIA OFERTADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA ESTADUAL. ACUSAÇÃO RATIFICADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. POSSIBILIDADE. UNICIDADE E INDIVISIBILIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PRODUÇÃO DE NOVAS PROVAS PERANTE O JUÍZO ESTADUAL COMPETENTE. OPORTUNIDADE DEFERIDA ÀS PARTES. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA PRESERVADOS. RESPOSTA À ACUSAÇÃO. ART. 396 DO CPP. INOBSERVÂNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. DESCLASSIFICAÇÃO. CRIME DE RACISMO E INJÚRIA RACIAL. NECESSIDADE DE AMPLO REVOLVIMENTO DE PROVAS. ÓBICE. SÚMULA 7/STJ. 1. Declinada a competência para o Poder Judiciário do Paraná, os autos do processo foram remetidos imediatamente ao Ministério Público daquele Estado, que, por sua vez, entre outros pedidos, ratificou a denúncia ofertada pelo Ministério Público Federal, na íntegra, bem como requereu seu recebimento pelo juízo criminal. **2. Não há qualquer óbice legal que impeça a ratificação pelo Ministério Público Estadual de denúncia erroneamente ofertada**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Gabinete do Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos

pelos Ministério Público Federal perante a Justiça Federal. 3. O Ministério Público, nos termos do art. 127, § 1.º, da Constituição Federal, é instituição una e indivisível, isto é, cada um de seus membros o representa como um todo. A distribuição interna de atribuições - *ex vi* art. 128 da CF -, de fato, otimiza sua atuação institucional, porém não impede a substituição de um órgão por outro, a fim de corrigir distorções e dar efetivo cumprimento ao papel existencial definido pelo constituinte originário. 4. A análise dos autos demonstra que o juízo competente, após proceder o recebimento da denúncia ratificada pelo Ministério Público estadual e validar todos os atos processuais não decisórios praticados no âmbito da Justiça Federal, facultou ao recorrente o pleno exercício do contraditório e ampla defesa. Incorre, portanto, a alegada nulidade por cerceamento de defesa. 5. A tese de nulidade por ausência de oportunidade para oferecer resposta à acusação, com suposta violação do art. 396 do CPP, não foi submetida a debate no Tribunal de origem. O conhecimento do recurso especial, nesta parte, é inviabilizado pela falta do prequestionamento da matéria, sob pena de indevida supressão de instância. Incidem ao caso as súmulas 282/STF e 211/STJ. 6. O pleito de desclassificação do crime de racismo para o de injúria racial demandaria profunda incursão no conjunto fático-probatório dos autos, o que, em sede de recurso especial, constitui medida vedada pelo óbice da Súmula 7/STJ. 7. Agravo regimental improvido. **(AgRg no AREsp 528.097/PR, Relator: Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 08/03/2016, Dje 11/03/2016)** (grifos nossos).

Ressalte-se, ainda, que a declinação se dará ao Tribunal Regional Federal da 1.^a Região, haja vista o foro por prerrogativa de função do Chefe do Executivo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Gabinete do Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos

Municipal, ora, Requerido, conforme preceitua o art. 29, inciso X, da Carta Magna, transcrito em linhas pretéritas.

Assim, pelas razões esposadas ao norte, **DECLARO A INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL** para processamento e julgamento do Feito, e, em consequência, **DECLINO** a competência para o **Tribunal Regional Federal da 1.^a Região**, à luz do que instrui o art. 45, § 2.º, do Código de Processo Civil e o art. 29, inciso X, c/c art. 109, inciso IV, ambos da Constituição Federal, e **DETERMINO** a remessa do Processo, **em caráter de urgência, ao Plantão do referido Tribunal, observado o sigilo dos Autos.**

INTIME-SE.

À Secretaria, para as providências legais subsequentes.

CUMPRA-SE.

Manaus (AM.), 27 de janeiro de 2021.

Desembargador JOSÉ HAMILTON SARAIVA DOS SANTOS
Plantonista